

**SÓ UM TIPO
DE BRASILEIRO
GANHA COM
O FIM DA
ESTABILIDADE.**
VOCÊ SABE QUAL!



SINDJUS
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF

**Matéria originalmente publicada
no Portal Metrôpoles.**

Entre os pontos que mais preocupam o Sindjus-DF estão a flexibilidade da estabilidade de servidores e a possibilidade de redução salarial

O Dia do Servidor Público, comemorado nesta quarta-feira, 28 de outubro, deverá ser marcado pela luta contra o fim da estabilidade e de outros pontos incluídos na Reforma Administrativa proposta pelo Governo. A avaliação é do Sindjus-DF. Em nota, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF critica o texto enviado pelo Executivo e o uso da máquina pública para "fustigar a categoria". Confira, a seguir, a íntegra do texto:

"Neste 28 de outubro, ao invés da celebração, o Dia do Servidor Público ficará marcado pela luta contra o fim da estabilidade e outros pontos incluídos na duvidosa reforma administrativa proposta pelo governo.

**Luta contra
a Reforma
Administrativa
marca o Dia
do Servidor**

Nas últimas três décadas, o Sindjus-DF liderou várias batalhas que resultaram em conquistas históricas para a categoria e para o país.

Hoje, em meio à pandemia e depois de enfrentar uma agressiva Reforma da Previdência, que penalizou os servidores com alíquotas escorchantes e que representam um verdadeiro confisco dos salários, o sindicato se vê, mais uma vez, impelido a mobilizar a categoria e unir forças com outras entidades na criação de uma ampla frente de resistência contra a PEC 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa, mas que já ganhou o apelido de “PEC da Rachadinha”.

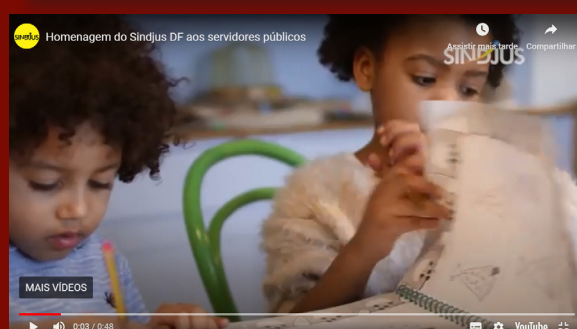
Sob os falsos pretextos de modernização da máquina pública, eficiência na prestação dos serviços e economia para o tesouro, a narrativa oficial parece confundir a sociedade e esconder seus reais objetivos: ampliar a livre nomeação, o loteamento partidário e o apadriñamento político para, com isso, facilitar ainda mais a vida dos maus gestores e a prática da corrupção.

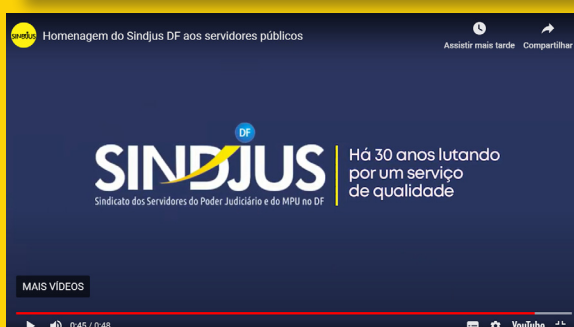
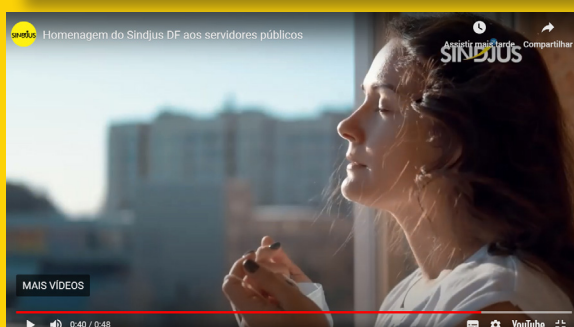
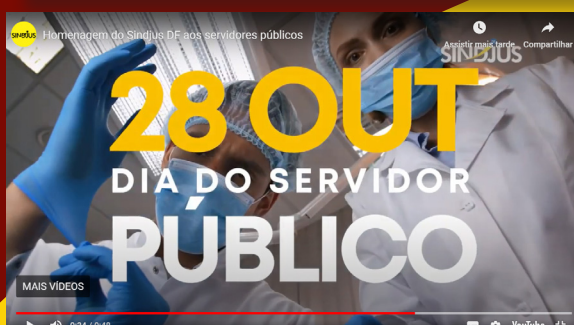
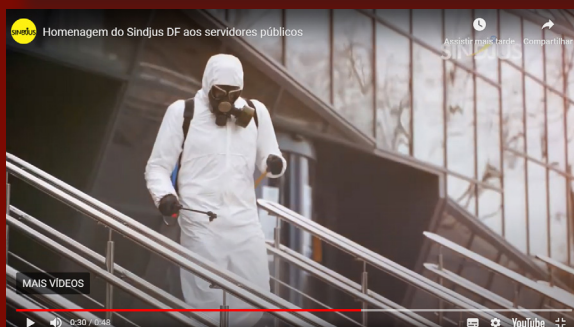
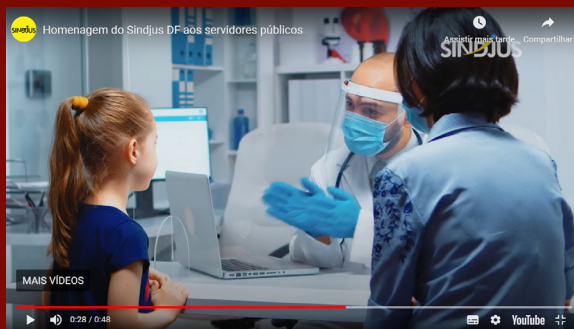
Essa lógica fica escancarada quando o governo propõe a flexibilização da estabilidade do servidor, redução salarial, a alteração nos modelos de vínculo e a redução dos concursos públicos, além da concentração de poder no Executivo, que passaria a ter a prerrogativa de criar e extinguir cargos a seu exclusivo critério. Ou ainda, quando coloca em prática o desmonte do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a perseguição descabida ao servidor público, que tem sido tratado como vilão na mídia.

Enquanto o governo usava a máquina pública para fustigar a categoria, o servidor público respondia com trabalho e superação. O exemplo mais contundente desse comportamento foi registrado no combate à pandemia do coronavírus. Mesmo sob ataque, sem os recursos adequados e penalizados pela falta de gestão e de planejamento, os servidores não mediram esforços para cuidar do país e fazer aquilo que tem de melhor: servir à população.

Por outro lado, a iniciativa privada, as grandes corporações e outros representantes do poder econômico dobraram os joelhos e, quem diria, pediram socorro ao Estado. Se havia algum brasileiro com dúvida sobre o valor dos serviços públicos, a qualidade e a dedicação dos servidores, a história recente desse enfrentamento passou uma régua nessa narrativa.

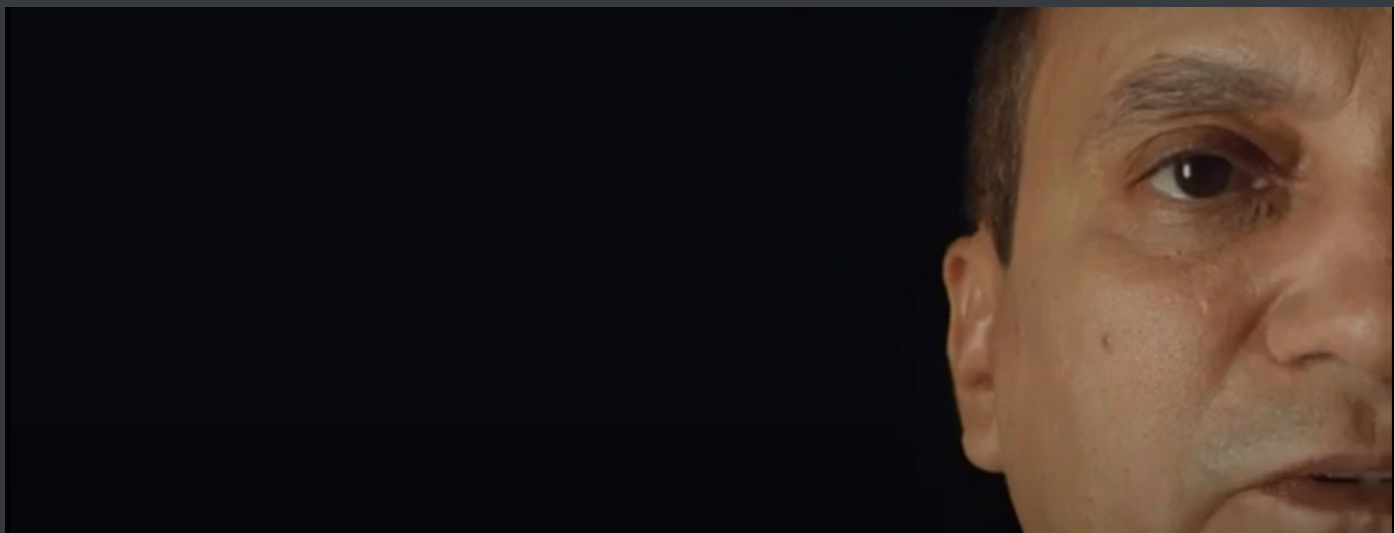
Dito isso, neste 28 de outubro, o Sindjus-DF aproveita esse momento histórico para parabenizar a categoria dos servidores do Poder Judiciário e MPU e demais servidores de todo o Brasil! Que o orgulho em servir e o espírito de luta mantenham-se fortes no coração de cada um. E que esse legado conquistado na pandemia jamais seja esquecido. Ao contrário, que continue a ser exaltado e valorizado por todos os brasileiros.”







Campanha do Sindjus-DF contra Reforma Administrativa é veiculada na Globo e Record





DIGA NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

Foi ao ar nesta terça-feira (27), nas emissoras Globo e Record, a campanha do Sindjus-DF contra a Reforma Administrativa. Os vídeos estão sendo transmitidos nos horários nobres das duas emissoras e alertam para o risco do aumento da corrupção, caso a PEC 32/2020 seja aprovada.

Com o título: "A Reforma Administrativa só interessa a quem atua com laranjas e rachadinhas", a campanha traz o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, com uma mensagem de impacto para toda população.

"Se o governo quisesse mesmo melhorar o

país, ele reduziria o apadrinhamento político e a livre nomeação, e não o contrário. O fim da estabilidade só interessa a um tipo de brasileiro: aquele que atua com laranjas e com rachadinhas", declara Costa Neto no vídeo.

A campanha fica no ar nesta quarta (28) e quinta-feira (29/10), nos intervalos dos programas:

FALA BRASIL – 8H25 – Record

DFTV 1 edição – 12h – Globo

Cidade Alerta – 17h – Record



SINDJUS
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF

Frente Parlamentar do Serviço Público e Sindjus-DF lançam vídeo que mostra pontos nocivos da Reforma Administrativa

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, em parceria com o Sindjus-DF e outras entidades representativas de servidores, lançou essa semana novo vídeo da campanha em defesa dos servidores públicos e contra a reforma administrativa proposta pelo governo.

Em vídeo, intitulado “ Não é Reforma Administrativa – É Desmonte dos Serviços Públicos”, a Frente Parlamentar esclarece para a sociedade o que está por trás da PEC 32/2020 e os prejuízos que serão gerados caso a proposta seja aprovada.

“ Se os servidores podem denunciar os atos de corrupção e lutar por serviços para população, sem medo de perder o emprego, é porque hoje eles têm estabilidade. É por isso

que tantos políticos perseguem e tentam jogar a população contra os servidores”, esclarece a Frente em campanha.

O vídeo foi disponibilizado para todas as entidades apoiadoras da Frente e divulgado nas redes sociais. Segundo o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, o objetivo é fazer a campanha chegar ao maior número de pessoas, para desfazer as inverdades disseminadas pelo governo.

“ Vamos unir forças nessa campanha. Divulgar o vídeo nos grupos de WhatsApp, nas nossas redes sociais e enviar para amigos. Precisamos que a sociedade saiba a quem interessa a aprovação da PEC 32”, conclamou Costa.

LUTE POR
SERVIÇOS PÚBLICOS
DE QUALIDADE!



DIGA NÃO
À REFORMA
ADMINISTRATIVA



Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

SINDJUS-DF informa sobre o balanço das atividades na Câmara dos Deputados e Senado

Segundo levantamento da Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical, que têm atuado estrategicamente junto à Direção do Sindjus-DF nas demandas do Congresso Nacional, os trabalhos legislativos desta semana (26 a 30/10) permaneceram reduzidos por conta das eleições municipais.

Nesta semana, a Câmara dos Deputados aprovou o nome de Mario Maia para vaga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e de Otavio Luiz Rodrigues Junior para a vaga no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O Senado Federal não realizou sessão deliberativa.

Proposições apresentadas

Dentre as proposições apresentadas nesta semana, cabe destacar o PL 5019/2020, do deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), que propõe regra geral para os concursos públicos de qualquer dos Poderes dos entes da federação.

O projeto prevê a proibição da cláusula que exige experiência anterior para exercer cargos públicos, nos concursos.

Segundo a justificativa, a cláusula que obriga tende a dificultar o acesso dos profissionais que desejam exercer um cargo público.

Ainda de acordo com o que foi apurado pela Assessoria Parlamentar do Sindjus-DF, não houve pronunciamentos de interesse para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciários e do MPU no DF.

SINDJUS
DF
Informa

Campanha do Sindjus-DF contra a Reforma Administrativa chega ao Acre e Rondônia

Outdoors foram colocados em locais estratégicos

A campanha contra a Reforma Administrativa produzida pelo Sindjus-DF ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal, chegando às ruas de Rondônia e Acre, estados onde servidores também são representados pelo maior sindicato dos servidores do PJU e MPU de todo Brasil. Dessa forma, os acreanos e rondonienses podem vislumbrar os outdoors com as peças publicitárias de uma campanha que tem chamado a atenção da população e pressionado os parlamentares. Em breve Roraima também será contemplado.

No Distrito Federal, essa campanha está em outdoors, totens e painéis da Rodoviária do Plano Piloto, nas TVs dos trens e painéis do Metrô.

Confira as fotos:



Sindjus-DF divulga artigo do presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão, sobre Reforma Administrativa



G O M E Z

(crédito: Gomez/CB/D.A Press)

O Sindjus-DF divulga artigo do presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão, sobre a Reforma Administrativa. O texto, originalmente publicado no Correio Braziliense, faz uma reflexão sobre a tentativa de desmonte do funcionalismo através da PEC 32/2020. De forma crítica, discorre sobre a contraditória campanha pró-reforma. Também destaca que durante a pandemia a sociedade teve a oportunidade de enxergar a importância dos serviços e servidores públicos. Leia a seguir o artigo na íntegra:

A hora do servidor: reforma administrativa “silenciosa”

“Contraditoriamente, ao lado da “economia” celebrada por Guedes, também foi veiculada a campanha pró-reforma administrativa da CNI intitulada “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, que, no estilo clássico das fake news, fez verdadeiro malabarismo com dados de diversas instituições para dar verniz à ficção de que o gasto com servidores no Brasil é desproporcional”

Em plena pandemia, com mais de 5,4 milhões de brasileiros infectados e 157 mil mortos, o Ministério da Economia gabava-se anteontem (27) de ter reduzido em 0,1% em 2020 a despesa com servidores públicos. A “estratégia”, batizada por Paulo Guedes de “reforma administrativa silenciosa”, é bastante simplória para um economista com ego de dimensões astronômicas como o do ministro: não repor servidores aposentados e deixar a inflação corroer o salário dos ativos. A cada 100 baixas, o governo repõe

É, no mínimo, bastante ingênuo supor que a tecnologia é capaz de substituir o trabalho de 74 pessoas em todas as áreas em que o Estado brasileiro atua, mesmo as de natureza burocrática. E digo isso na condição de entusiasta da transformação digital. Exemplo claro é o INSS, que digitalizou 90% dos serviços prestados ao cidadão e, ainda assim, foi obrigado pela baixa reposição de servidores a convocar aposentados do órgão e militares da reserva, sem qualquer experiência, para tentar — sem sucesso até o momento — atender à alta demanda de pedidos represados, que em setembro ainda somava 1,8 milhão. Desse total, quase meio milhão diz respeito a solicitações de BPC por idosos e deficientes em situação de extrema pobreza, com renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo. Os mais vulneráveis são sempre os maiores prejudicados.

Contraditoriamente, ao lado da “economia” celebrada por Guedes, também foi veiculada a campanha pró-reforma administrativa da CNI intitulada “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, que, no estilo clássico das fake news, fez verdadeiro malabarismo com dados de diversas instituições para dar verniz à ficção de que o gasto com servidores no Brasil é desproporcional. Somam servidores civis e militares, ativos e aposentados, dos Três Poderes e esferas, para computar a folha do funcionalismo e comparam com números de outros países, alcançados com metodologia e base de cálculo diferentes. Importante destacar aqui que o gasto com aposentados o governo computa duas vezes: na conta da Previdência, onde fez uma dura reforma; e na folha de pagamento. Os militares só entram quando convém.

O depoimento do presidente da CNI denuncia a flagrante contradição: afirma que a PEC da reforma administrativa que o governo submeteu ao Congresso é o “caminho para reduzir e racionalizar o gasto público, a fim de melhorar a quali-

dade e a eficiência do atendimento prestado à população”, afirmando, em seguida, que a economia é necessária para o Estado responder aos “anseios da sociedade por serviços essenciais como saúde, educação”. Ora, existe educação sem professores e saúde sem médicos e enfermeiros? Tampouco existirá PEC alguma sem os servidores do Congresso que fazem as engrenagens do processo legislativo girarem.

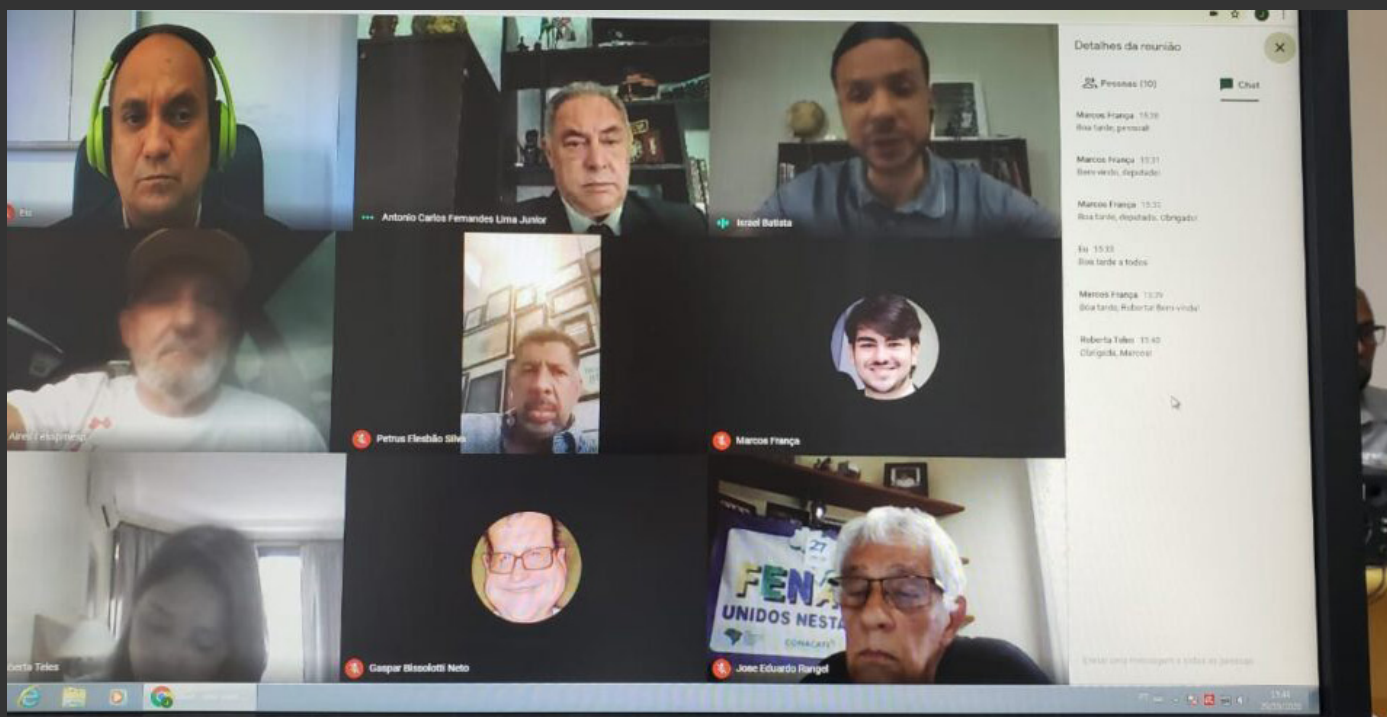
Conforme registramos em inúmeras oportunidades, as despesas com servidores públicos federais no Brasil estão estabilizadas em percentual do PIB há mais de 20 anos e muito abaixo do limite permitido pela LRF. Nos estados e municípios o crescimento é reflexo da prestação direta de serviços à população, como educação, saúde e segurança — vitórias da Constituição de 88 que agora o povo chileno, depois de incendiar as ruas, tenta conquistar. O legado dos falsos profetas — termo que pego emprestado do brilhante Binyamin Appelbaum em seu livro *A Hora dos economistas* —, como Guedes e os “Chicago Boys” que implantaram o estado mínimo na Constituição chilena nascida da ditadura Pinochet, está ruindo. Em referendo realizado no domingo, uma esmagadora maioria (78,27%) decidiu sepultar a Carta que vigorou por 40 anos no Chile e realizar uma nova Constituinte. Vamos ignorar os sinais e seguir insistindo em um modelo de país que não deu certo e está sendo rejeitado em outras nações?

Ontem, 28 de outubro, foi Dia do Servidor. Tento manter o otimismo e acreditar que esta pandemia que está causando tanto sofrimento a todos nós, mas especialmente aos mais desprotegidos, derrubou os últimos pilares que ainda sustentavam o delírio liberal que movia o governo pelas mãos do ministro Paulo Guedes.

Quero acreditar que o valor do servidor público, neste momento agudo, ficou evidente para o cidadão que buscou socorro nas UPAS, que não foi saqueado graças à proteção policial, que viu os professores da rede pública lutando para superar a falta de estrutura e oferecer ensino on-line; para o trabalhador que recebeu o auxílio emergencial mais do que dobrado e aprovado rapidamente porque os servidores do Congresso conseguiram implementar, em sete dias, um sistema de deliberação remota eficiente que foi capa em jornais de todo o mundo. Mas, ao ouvir os ventos que sopram da Esplanada, não consigo deixar de pensar no romance *A Hora da estrela*, de Clarice Lispector, e em *Macabéa*, que ao sair da cartomante com a promessa de amor e prosperidade, morre atropelada, para só então, com seu corpo inerte estendido na rua, ser notada.

PETRUS ELESBÃO

Petrus Elesbão é servidor do Senado Federal, historiador, pós-graduado em Economia e Ciência Política e presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis)



Sindjus-DF e outras entidades participam de reunião com presidente da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

O Sindjus-DF, em conjunto com outras entidades, reuniu-se na tarde desta quinta-feira (29/10), com o presidente da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, deputado professor Israel Batista (PV-DF), para traçar estratégias de combate da PEC 32/2020, a famigerada Reforma Administrativa.

Participaram da reunião com o deputado, o coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto, o presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão Lima, o presidente da Conacate, Antonio Carlos Fernandes Lima Júnior, o presidente da FESSPMESP, Aires Ribeiro, o presidente da Fenale, Jose Eduardo Rangel, e o presidente da ASPAL e diretor da FENALE, Gaspar Bisolatti Neto.

O deputado professor Israel Pinheiro afirmou que tem conversando muito com deputados e senadores que fazem parte da Frente e assim que passar eleições municipais, um plano de enfrentamento da PEC 32/2020 será colocado em debate para ser viabilizado o quanto antes, de forma estratégica e efetiva. O presidente da Frente ficou de passar esse plano para as entidades para que elas façam sugestões e participem do debate.

Costa Neto afirmou que o Sindjus-DF, que é integrante

da Frente, está à disposição para realizar o enfrentamento necessário: "o momento é de união e de mobilização, e nós já estamos com uma ampla campanha nas ruas, em diversas mídias, e vamos fortalecer ainda mais a nossa contribuição, atuando na linha de frente, como é característico do maior Sindicato do PJU e MPU de todo o País".

O presidente da Frente salientou a importância de participar de todos os debates, de rebater todas as acusações e mentiras, de desenvolver a luta em várias frentes. Afirmou que a fase de estudos sobre a reforma já está concluída e que estamos avançando na derrubada dos bloqueios da grande mídia, de modo que a Frente já ganhou um espaço que antes era só dos defensores da reforma. Frisou que há muita luta pela frente, e que a união é fundamental.

"Foi muito relevante e edificante nossa reunião com o presidente da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que contou com a união de entidades tão significativas. Juntos, discutimos o embate a ser realizado dentro e fora do Congresso Nacional, de forma presencial e virtual, desafios que estão postos e mobilizações por todos os meios possíveis, contra a Reforma Administrativa", declarou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.



Sindjus-DF participa do Prêmio Relevância e destaca a importância dos servidores públicos para a sociedade

O coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, participou, na noite desta quarta-feira (28), da entrega do Prêmio Relevância, organizado pela Agência do Servidor, que reuniu mais de 100 entidades públicas para destacar as competências dos servidores públicos em defesa da sociedade.

Durante o evento, Costa Neto enalteceu o trabalho dos servidores públicos que, mesmo em um cenário de crise, vêm entregando para a sociedade serviços de excelência e que vão ao encontro do que os cidadãos almejam. O coordenador-geral do Sindjus-DF também lamentou os problemas vivenciados por toda categoria.

"Ao invés da celebração, o Dia do Servidor Público fica marcado pela luta contra o fim da estabilidade e outros pontos incluídos na duvidosa Reforma Administrativa proposta pelo Governo", lamentou Costa.

O dirigente ainda ressaltou que a PEC 32 visa colocar em dúvida a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, mas que, cada vez mais, o servidor tem mostrado a importância e a qualidade da sua atuação, para combater a corrupção e outros desmandos.

"Que o orgulho em servir e o espírito de luta mantenham-se fortes no coração de cada um. E que esse legado conquistado na pandemia jamais seja esquecido (...), que continue a ser exaltado e valorizado por todos os brasileiros", concluiu o coordenador.

Homenagem

Ainda durante o evento, a técnica judiciária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) filiada ao Sindjus-DF, Leslie Andréia Vasconcelos Leite, foi condecorada pelo Prêmio Relevância. A servidora é conhecida por ter atuado em defesa da categoria, como na conquista dos planos de carreira, pela derrubada do veto 26 e manutenção dos Quintos, bem como contra a Reforma da Previdência, e, neste momento, contra a Reforma Administrativa.

"Acompanhei muitas lutas. Vitórias, derrotas e, ao mesmo tempo, acompanhei a evolução do meu sindicato, que ao longo desses anos vem escrevendo uma bela história e servindo de exemplo para outras instituições", enalteceu a servidora.

Leslie também agradeceu ao Sindjus-DF por atuar de forma intransigente pelos direitos dos servidores do Poder Judiciário e do MPU. "O Sindjus-DF realmente nos representa e trabalha na defesa exclusiva dos interesses e direitos da categoria", afirmou Leite.

O Prêmio Relevância ainda homenageou servidores de outras categorias. Para conferir o evento na íntegra, acesse o link.



Sindjus-DF participa de live da Pública Central do Servidor e chama todos à luta contra a Reforma Administrativa



Nesta quarta-feira (28/10), o Sindjus-DF participou, na pessoa de seu coordenador-geral Costa Neto, de live da Pública Central do Servidor em homenagem ao Dia do Servidor Público. A live contou com a participação de dirigentes sindicais, servidores e parlamentares (assista AQUI).

Em sua fala, Costa Neto prestou sua homenagem aos servidores e também destacou a necessidade de se fazer uma grande reflexão a respeito dos ataques que os serviços e servidores públicos estão sofrendo por parte do governo, que insiste em avançar com uma Reforma Administrativa que traz sérios prejuízos à sociedade brasileira.

Segundo Costa Neto, "o momento é de enfrentamento, luta e resistência, pois não podemos deixar que uma PEC, denominada de 'PEC da Rachadinha', traga uma reforma que não interessa aos servidores, órgãos públicos, cidadãos. Uma PEC que traz em seu bojo uma perseguição implacável aos servidores e à população, que deixará de ter serviços de qualidade à sua disposição".

O dirigente do Sindjus-DF lembrou que durante essa pandemia de Covid-19, o servidor está tendo a oportunidade de mostrar o seu verdadeiro valor à população, atuando nas linhas de frente e mantendo o País em funcionamento. "Nós carregamos o País nas costas", afirmou Costa Neto, que ainda conclamou união de entidades e categorias contra a PEC 32/2020. "Que possamos atuar no Congresso Nacional e fora dele, nas redes sociais, mostrando nossa força e a importância dos serviços e servidores públicos à sociedade", salientou.

Por fim, Costa Neto deixou uma reflexão a todos no sentido de que a Reforma Administrativa tem o único intuito de instalar a corrupção no serviço público, por meio de apadriñamentos e aparelhamento do Estado, quebrando a estabilidade dos servidores, reduzindo seus salários e impedito a realização de concursos públicos, dentre outros ataques nocivos. "A estabilidade do servidor público é a última grande barreira contra a corrupção", frisou o coordenador-geral do Sindjus-DF.



**Logo mais às
19h, participe
do Twittaço
contra a Reforma
Administrativa
com a hashtag**

#ServidorMereceRespeito

Hoje (28/10), Dia do Servidor, às 19h, somos chamados a um Twittaço especial em defesa dos serviços e servidores públicos, e contra a Reforma Administrativa, organizado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que tem como integrante o Sindjus-DF, grande contribuidor deste trabalho que une diversas entidades e parlamentares.

Assim como temos feito durante as últimas semanas, vamos, às 19h, colocar a hashtag #ServidorMereceRespeito nos assuntos nacionais mais comentados do momento.

Sem dúvida alguma, essa hashtag resume tudo o que queremos dizer neste dia: merecemos respeito.

Respeito por parte dos governantes, dos que atacam nossos direitos e o patrimônio do povo brasileiro. Respeito por parte de quem desconhece o nosso trabalho e nosso valor,

criando inverdades para jogar a sociedade contra aqueles que dedicam suas vidas a bem servir à população. Respeito por quem cuida da coisa pública com zelo, combatendo a corrupção e outras mazelas.

O mote do Twittaço é "Pela valorização do servidor público e por um serviço público de qualidade para todos os brasileiros".

Vamos nos unir dando-nos de presente neste dia tão especial uma avalanche de tuítes contra a Reforma Administrativa.

Juntos, somos mais fortes.

Juntos, tuitamos #ServidorMereceRespeito.

Sindjus-DF convida servidores a acompanhar programação especial do Dia do Servidor

Quarta-feira, Dia do Servidor Público (28/10), é um dia de muita luta e afirmação, pois ao mesmo tempo em que comemoramos nossas conquistas batendo no peito e dizendo "sou servidor(a), com muito orgulho", também enfrentamos uma das maiores ameaças aos serviços e servidores públicos de todos os tempos: a Reforma Administrativa.

Portanto, é um dia de reconhecimento a respeito do nosso valor e dos nossos desafios, conscientizando-nos da importância da união, da mobilização e da filiação ao maior Sindicato do PJU e MPU de todo o Brasil.

Para a Diretoria do Sindjus-DF, todo dia é dia do servidor, pois todo dia é dia de trabalhar com seriedade e coragem em prol dessa categoria tão especial, que merece nossa dedicação exclusiva. Porém, dia 28 de outubro é uma data emblemática, que deve ser tratada com deferência por todos nós.

Amanhã é dia de quem escolheu o serviço público como missão de vida, pois não se trata de passar em um concurso público, mas de abraçar sua carreira, fazendo do ato de servir à população um ato de amor e cidadania.



Desta forma, aliando o Dia do Servidor à campanha contra a Reforma Administrativa, o Sindjus-DF convida você a assistir uma série de atrações em homenagem aqueles que são responsáveis por construir dia após dia o serviço público, em especial o Poder Judiciário e o MPU, patrimônio do povo brasileiro.

Para começar, às 7h40, o coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto concederá entrevista na Rádio Metrôpoles, 104.1 FM, no programa Toninho Pop.

Em seguida, inserções de um vídeo produzido pelo Sindjus-DF serão veiculadas nas principais TVs do país: Globo e Record, nos programas:

FALA BRASIL – 8h25 – Record
DFTV 1 edição – 12h – Globo
Cidade Alerta – 17h – Record

Para fechar o dia, com início às 19h, há o “Prêmio Relevâncias”, um evento virtual promovido pela Agência Servidor que homenageia parlamentares e lideranças de servidores que fazem a diferença em prol dos serviços públicos, que tem uma filiada do Sindjus-DF entre os homenageados. O evento será transmitido ao vivo pelas redes sociais de mais de cem entidades.

Também está sendo veiculada campanha do Sindjus-DF em painel digital na EPTG contra a Reforma Administrativa, além da campanha já divulgada que está na rodoviária do Plano Piloto, trens do metrô, outdoors e busdoors.

No site do Portal Metrôpoles também já está sendo exibido um banner do Sindicato contra a Reforma Administrativa. E nesta quarta-feira será veiculada matéria no site Metrôpoles com banner do Sindjus-DF acerca do dia do Servidor. Confira!



Sindjus-DF divulga artigo que traz alerta sobre o perigo que corremos com as PECs Emergencial e do Pacto Federativo

O Sindjus-DF divulga a seguir artigo sobre a Reforma Administrativa, no qual os advogados Rudi Cassel e Robson Barbosa, do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, alertam para o risco trazido pelas PECs Emergencial e do Pacto Federativo, que foram ressuscitadas pelo governo, e podem trazer sérios prejuízos aos servidores públicos, tais como: redução da jornada e do salário em até 25%, bem como congelamento de promoção e progressão, reajuste, reestruturação de carreira.

“Aqui será preciso maior mobilização dos servidores, pois o governo aparentemente conseguiu anestesiar a categoria com a escusa de que a Reforma Administrativa não afetaria os que estão em atividade (o que é mentira), mas a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo importarão em imediata redução salarial e sepultamento de qualquer perspectiva de recomposição remuneratória pelas perdas inflacionárias, indefinidamente”, explicam os autores no artigo.

Confira o texto na íntegra:

Governo Ressuscita A PEC Emergencial E A PEC Do Pacto Federativo Para Sepultar Serviços Públicos

A Proposta de Emenda à Constituição 186/2019 (PEC Emergencial) e a 188/2019 (PEC do Pacto Federativo) ganharam força nestes últimos dias no Congresso Nacional. Em 2019, foram apresentadas como promessa de salvação das finanças públicas, mas, diante das várias inconstitucionalidades que afetavam principalmente servidores, tinham sido engavetadas em respeito à opinião pública.

Mas essas PECs voltaram à tona, e estão nas mãos da mesma relatoria do orçamento de 2021, que já declarou ser favorável ao seu uso para sustentar o programa Renda Cidadã. No que diz respeito aos servidores, seu parecer defende a redução salarial como medida para respeitar o Teto de Gastos.

Tal discurso não é novidade, mas o desfecho é o mesmo: sacrificam os servidores e não conseguem resolver o déficit das contas públicas.

A história começa por aqui: a caça aos “marajás” do governo Collor rendeu o primeiro grave período de instabilidade institucional e financeira da Nova República; a reforma administrativa do governo Fernando Henrique contra os servidores públicos não impediu a quebra das finanças no final da década de 90; as reformas previdenciárias do governo Lula desviaram o foco no erro da condução do social desenvolvimentismo fundada substancialmente no consumo; o “governo de ajuste” da presidenta Dilma chegou até a

bloquear verbas orçamentárias destinadas ao pagamento de salários de servidores, mas isso não serviu para evitar a crise fiscal que se instalou desde então; o governo Temer aprovou a Emenda do Teto de Gastos com a promessa de ajuste fiscal, mas o que se viu desde então foi a falta de dinheiro até para pagamento de energia nos órgãos públicos, e nenhuma melhora no cenário econômico; da mesma forma, o governo Bolsonaro emplacou outra reforma da previdência a pretexto da melhora nas contas públicas, também sem sucesso.

Ao longo de toda essa digressão histórica, é possível afirmar que, mesmo diante dos desafios fiscais, foi o investimento na estrutura dos serviços públicos que permitiu o país ter algum desenvolvimento, e não aquelas medidas de contenção. A prova disso é o que se viu com a pandemia da Covid-19, onde foi reforçada a necessidade de mais Estado, considerando que foram os servidores públicos efetivos os responsáveis por minorar os danos dos desencontros políticos no trato da crise.

Mas a recompensa que o funcionalismo público ganhou foi a Lei Complementar 173/2020, que congelou os seus salários, dentre outros direitos adquiridos.

Na insistência de resolver a questão fiscal sacrificando servidores públicos, foi apresentada recentemente outra proposta de reforma administrativa, que retira a estabilidade de servidores, desfigura o postulado do concurso público, trazendo de volta o fantasma do clientelismo na Administração Pública, sem falar dos prejuízos salariais e funcionais imediatos aos servidores em atividade. Mas é unanimidade que esse pacote não traz qualquer melhoria econômica a curto, médio ou longo prazo, apenas precariza o serviço público.

E vem mais arroxio por aí, pois a crise do novo Coronavírus, que deveria implicar para os governantes o dever de revisar o Teto de Gastos para a ampliação dos serviços públicos, serviu de justificativa para ressuscitar a tramitação a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo.

Resumidamente, elas veiculam mecanismos de estabilização e ajuste fiscal que serão acionados quando as despesas ultrapassarem determinado percentual da receita. Para os servidores, o acionamento desses “gatilhos” implicará na impossibilidade de promoção e progressão de servidores públicos (com exceções), reajuste, criação de cargo que implique aumento, reestruturação de carreira, realização de concurso

público, criação de despesa obrigatória, aumento do valor de verbas indenizatórias e adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação.

Mas o pior é a possibilidade da redução da jornada de trabalho dos servidores, em até 25%, com diminuição proporcional de salários, em franca flexibilização do princípio da irredutibilidade dos rendimentos de servidores públicos.

A alegação para tais restrições é financiar o programa “Renda Cidadã”, que substituiria o Bolsa Família, para também alcançar os que perderam suas fontes de sustento em razão da pandemia da Covid-19. É mais que justo amparar esses necessitados, pois isso é a essência do programa constitucional de 1988. No entanto, é ilícito e injusto fazer com que os servidores entrem num quadro de miséria para subsidiar tal medida. Em várias localidades, especialmente em regiões mais pobres, são os salários do funcionalismo público que movimentam a economia e oferecem chances de melhoria de vida para os mais necessitados. Se vingar, essa redução salarial aprofundará a crise econômica, e não o contrário.

O ajuste de contas é mesmo um tema complexo, e precisa de gestores inteligentes para com isso lidar. Em que pese a atual equipe econômica se vangloriar da sua formação, a primeira proposta de sustento da Renda Cidadão estava fundada no uso de precatórios e do Fundeb, e com isso conseguiu o milagre de desagradar ao mesmo tempo a sociedade e o “mercado”. Restou partir para a velha e fracassada fórmula: atacar o funcionalismo público com a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo.

Aqui será preciso maior mobilização dos servidores, pois o governo aparentemente conseguiu anestesiar a categoria com a escusa de que a Reforma Administrativa não afetaria os que estão em atividade (o que é mentira), mas a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo importarão em imediata redução salarial e sepultamento de qualquer perspectiva de recomposição remuneratória pelas perdas inflacionárias, indefinidamente.

Por Rudi Cassel e Robson Barbosa, advogados no escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, especialistas na Defesa do Servidor Público.

Fonte: **Servidor Legal**

Sindjus-DF se reúne com presidente do TRT10 para tratar de importantes demandas da categoria



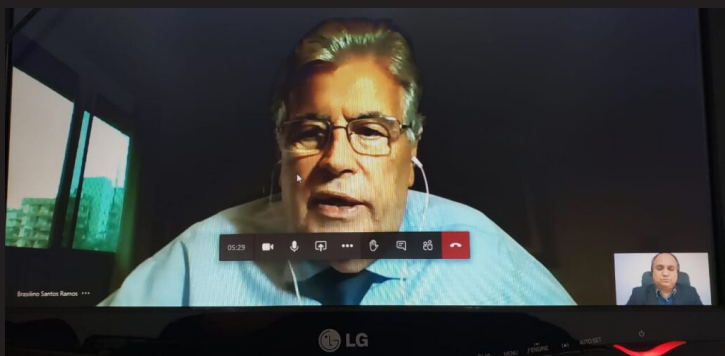
‘A principal preocupação do Tribunal é com a vida’, afirma presidente do TRT-10 sobre retorno ao trabalho presencial

O Sindjus-DF se reuniu, nesta quarta-feira (21/10), com o presidente do TRT10, desembargador Brasilino Santos Ramos, juntamente com o diretor-geral Rafael Alves Bellinello e o secretário de Auditoria e Controle Interno, Wagner Azevedo da Silva, para tratar de pontos relevantes da pauta da nossa categoria. O Sindjus-DF foi representado pelos coordenadores Costa Neto e Cleto Vieira.

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT), desembargador Brasilino Santos Ramos, afirmou que o retorno aos trabalhos presenciais para os servidores do órgão só deve ocorrer quando houver tranquilidade e segurança para a saúde de todos.

Durante a reunião, a diretoria do Sindjus-DF externou a preocupação com o retorno aos trabalhos presenciais, tendo em vista que ainda não há vacina e a volta, neste momento, pode colocar em risco a saúde de toda categoria e da população atendida, pois a pandemia ainda é uma realidade, principalmente no Brasil, onde o número de novos casos e de óbitos continua sendo bastante preocupante. Na visão de Brasilino, a principal preocupação do TRT10 deve ser com a vida.

“A conversa que tivemos com o desembargador foi muito positiva. Ele, que assumiu a presidência recentemente, tem demonstrado muita sensatez, priorizando a saúde dos servidores. Sabemos que as varas estão fazendo muito bem os trabalhos virtuais e esse tipo de postura do presidente traz tranquilidade aos servidores e ao ambiente de trabalho”, enalteceu Costa Neto.



Os Diretores levaram ao presidente do TRT10 outro tema de extrema importância e que tem trazido muita preocupação aos aposentados, que é a questão do Artigo 193 e a necessidade de o Tribunal manter essa rubrica nos contracheques dos colegas, em cumprimento à decisão judicial da 5ª Vara Federal. Cleo Vieira, diretor de Assuntos Jurídicos do Sindjus-DF, destacou que os despachos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) já apontam para o cumprimento da decisão, mesmo com o TCU tendo encaminhado notificações administrativas aos órgãos, desrespeitando as decisões judiciais. Informou também que o Sindjus-DF está mais uma vez peticionando ao juízo da 5ª Vara Federal sobre a desobediência do TCU, para que novas providências sejam adotadas visando restaurar a decisão.

“É imprescindível que o TRT-10 reavalie a questão da retirada do artigo 193 para os aposentados, dando cumprimento à decisão judicial da 5ª Vara Federal e não à decisão do TCU. Estamos adotando providências e encaminhando ao TRT10, a pedido do presidente, documentos e despachos de outros órgãos que decidiram nesse sentido, mesmo com as ameaças do TCU, para melhor instrução e análise do pedido pelo tribunal”, pontuou Cleo de Oliveira.

O Sindjus-DF tem feito reuniões periódicas com os diversos órgãos do Poder Judiciário e do MPU no DF, requerendo o cumprimento da decisão da 5ª Vara Federal e manutenção da opção do artigo 193 no contracheque dos aposentados.

Dando continuidade à reunião, os dirigentes abordaram a luta que está sendo travada contra a Reforma Administrativa, que representa o desmonte dos serviços públicos, e pediram o apoio do presidente do TRT10. O Sindjus-DF detalhou as ameaças contidas na PEC 32/2020 não só para os servidores, mas para os órgãos e a sociedade. Foi informado, por exemplo, que apadrinhados políticos poderão ocupar cargos de liderança, comprometendo a imparcialidade tão necessária ao bom funcionamento do serviço público. Também argumentaram sobre o fim da estabilidade e o rebaixamento salarial, que ao invés de fortalecer os serviços públicos, vai precarizar esse patrimônio do povo brasileiro.

Os coordenadores do Sindjus-DF lembraram sobre a campanha feita pelo sindicato em defesa da Justiça do Trabalho, afirmando que não é de hoje que o mercado financeiro tenta desmontar o Estado. Insistiram que o momento é de união, entre servidores e magistrados, em defesa de um serviço público forte e valorizado.

Também foi tratada a questão da instalação da Comissão de Carreira pelo CNJ, que tem como objetivo promover uma atualização da carreira dos servidores do Poder Judiciário.

Nesse aspecto, os dirigentes do Sindjus-DF iniciaram o debate sobre temas como NS para técnicos, cujo pleito da categoria é para que seja encaminhado anteprojeto de lei direto para o Congresso, sem rediscussão na Comissão, direito de advogar para servidores bacharéis em Direito com registro na OAB, reenquadramento para auxiliares remanescentes e consolidação da polícia judicial, que necessitam do envio de anteprojetos de lei para o Congresso Nacional. O presidente se colocou à disposição para realização de novas audiências, a fim de se tratar dessas matérias com maior profundidade.

Também foi informado ao presidente e demais participantes da reunião que o nível de defasagem salarial da nossa categoria, de acordo com estudo encomendado pelo Sindjus-DF, é da ordem de 49.55%. Portanto, foi explicado à Administração que há uma necessidade urgente de se recompor essas perdas que estão deixando o servidor em uma situação bastante delicada, agravada com a pandemia de coronavírus, pois além do aumento da inflação e das alíquotas previdenciárias, muitos se tornaram esteios de família, em razão da onda de demissões e da retração da economia brasileira.

Em razão da recente autorização do governo quanto ao aumento do limite para empréstimos consignados para os aposentados e pensionistas do INSS, com a nova margem consignável passando para 40%, os dirigentes expuseram a necessidade de estender esse benefício aos servidores. O presidente afirmou que a questão passa por uma fundamentação legal, mas nada impede que nova análise sobre o tema seja feita.



Sindjus-DF divulga destaques desta semana da agenda do Congresso Nacional

Atento aos trabalhos da Câmara e do Senado, principalmente no tocante aos temas de interesse do funcionalismo, tais como PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) e PL 1328 (suspensão temporária do pagamento dos consignados), a Diretoria do Sindjus-DF segue trabalhando duro com sua

assessoria parlamentar (Queiroz Assessoria) visando a defesa intransigente dos serviços e servidores públicos.

Na Câmara dos Deputados, o Plenário poderá apreciar a indicação de Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Além disso, os parlamentares poderão apreciar a MP 992/2020, que dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte; o PL 4199/2020, que Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar; e o PLP 137/2020, que destina o superávit financeiro, apurado em 31/12/2019, dos fundos públicos para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

No Senado Federal, haverá sessão especial em homenagem aos médicos brasileiros, em razão do 18 de outubro ser comemorado o Dia do Médico. A sessão, sugerida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), acontecerá nesta segunda-feira (26/10), às 16h, de forma remota.

